

5

ISSN 1519-4183

REVISTA DO PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



Artigo científico:

**TERENA/MT – da periferia  
da cidade à beira da rodovia**  
p. 133 a 149

**SEPARATA  
DIGITALIZADA**

**ACESSO GRÁTIS**

Fronteiras

Territórios

V.3, N.2, JUL./DEZ. 2002



V.3, N.2, JUL./DEZ. 2002

**Territórios**  
**Fronteiras**

© Copyright by Programa de Pós-graduação em História da UFMT, 2002.

Reservados todos os direitos.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores.

*Territórios e Fronteiras* - Revista do Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade Federal de Mato Grosso, vol. 3 n.  
2 jul-dez/2002 - Cuiabá-MT.

Semestral

168 p.

ISSN 1519-4183

Projeto Gráfico, Capa e Editoração Eletrônica  
Carlini & Caniato - desenvolvimento gráfico e editorial

Revisão Ortográfica  
Aquiles Lazzarotto (português)

Programa de Pós-Graduação em História - ICHS  
Universidade Federal de Mato Grosso  
Avenida Fernando Corrêa da Costa, s/n - Campus Universitário  
Coxipó da Ponte - CEP: 78060.900 - Cuiabá - MT  
Tel: (65) 615 8493  
fax: (65) 615 8471  
e-mail: pghist@cpd.ufmt.br

## Sumário

Apresentação .....	7
Eutímio Kithaulhu: um fragmento da trajetória biográfica de um Nambiquara da Chapada dos Parecis Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa .....	9
Arquitetura Indígena: uma história da morada Bororo Jose Afonso Botura Portocarrero .....	31
O manto do encoberto: territorialização e identidade dos Chiquitano José Eduardo Fernandes Moreira da Costa .....	57
O Antemural de todo o interior do Brasil – a fronteira possível Jovam Vilela da Silva .....	79
Revalorização da alteridade: as organizações indígenas na América Latina Libertad Borges Bittencourt .....	107
De Cibãe Modojobádo à Rosa Bororo: a criação do personagem nas páginas da cronista Maria do Carmo de Mello Rego Marli Auxiliadora de Almeida .....	125
[Terena-MT: da periferia da cidade à beira da rodovia Paulo Augusto Mário Isaac .....	133]
A face indígena de Cuiabá Verone Cristina da Silva .....	151

## Terena-MT: da periferia da cidade à beira da rodovia

Paulo Augusto Mário Isaac\*

### Resumo

Este artigo tem por objetivo demonstrar as situações histórica, fundiária e social da sociedade indígena Terena de Mato Grosso, entre 1998 e 2002, e a luta do grupo por uma área de terra. É a continuidade de um processo histórico migratório de uma sociedade indígena, que se iniciou em 1982. Os dados deste artigo são resultados de pesquisas realizadas por mim entre janeiro de 2002 e janeiro de 2003 e são complementares a pesquisas anteriormente realizadas. Foram feitos estudos bibliográficos, pesquisas de campo e em arquivos institucionais, entrevistas com índios e o acompanhamento *in loco* da luta dos Terena, tais como bloqueios de rodovias, reuniões com autoridades e viagens a Brasília. Pretendo contribuir para uma reflexão acerca da situação histórica e social das sociedades indígenas que vivem os dramas da expropriação territorial e da identidade negada.

### Abstract

This paper aims at contributing to a reflection on the social and historical situation of the Indian society who has problems of territorial expropriation and of the non-recognised identity. It also aims at demonstrating the social, historical situation and territorial possessions of the Indian Society Terena of Mato Grosso, between 1998 and 2002 and this Group's struggle for a plot. It is the continuity of a historical migrating process of an Indian society, which began in 1982. Bibliographical studies, field institutional archive researches, interviews with the Indians and *in loco* escort of the Terena's struggle, such as road blockings, meetings with authorities and trips to Brasília.

### Palavras-chave:

Terena – Identidade étnica – Expropriação territorial

### Keywords:

Terena – ethnic identity – territorial expropriation

\* Professor do Departamento de História da UFMT/Rondonópolis, Mestre em Educação Pública pela UFMT e doutorando em Ciências Sociais - Área de Etnologia Brasileira na PUC/SP.

Este artigo refere-se à luta pela terra travada pela sociedade indígena Terena que vive no Estado de Mato Grosso desde 1982. O objetivo do texto é demonstrar as situações histórica, fundiária e social do grupo entre 1998 e 2002.

Antecede este trabalho um artigo publicado na revista *Intergeo*<sup>1</sup>, no qual faço uma reflexão antropológica acerca do grupo no período entre 1982 e 1998. *Terena-MT – da periferia da cidade à beira da rodovia* é a continuação dessa história que dura 21 anos.

Os dados deste artigo são resultados de pesquisas realizadas por mim entre janeiro de 2002 e janeiro de 2003. Foram feitos estudos bibliográficos, pesquisas de campo e em arquivos institucionais, entrevistas com índios e acompanhamento *in loco* da luta dos Terena, tais como bloqueios de rodovias, reuniões com autoridades e viagens a Brasília.

Pretendo contribuir para uma reflexão acerca da situação histórica e social das sociedades indígenas que vivem o drama da expropriação territorial e da identidade negada.

### Breve histórico da sociedade

A população Terena, segundo dados da FUNAI, é de aproximadamente 17.500 (dezessete mil e quinhentas) pessoas, sendo que aproximadamente 300 (trezentas) viviam em Rondonópolis, em dezembro de 2002.

Acredita-se que haja em torno de 5.000 (cinco mil) pessoas Terena vivendo nas periferias das cidades sul-mato-grossenses, principalmente em Campo Grande (onde há um bairro só de indígenas), Aquidauana, Anastácio, Miranda, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Porto Murtinho, Rochedo e Dourados. Há também famílias Terena vivendo nos estados de São Paulo, Rondônia e Mato Grosso.

O Estado considera que as terras indígenas tradicionais da sociedade Terena localizam-se em Mato Grosso do Sul. A etno-história demonstra que a fixação dos Guaná (etnia da qual os Terena são um sub-grupo) naquela região ocorreu entre os séculos XV e XVII. A hipótese mais provável é que eles teriam vindo da região do Chaco Paraguai, cuja migração teria se dado por motivo de derrota para os Guarany, aliados dos espanhóis na luta por territórios. Na fuga para o Brasil, os Guaná teriam ocupado vasta região nas proxi-

1 Isaac, Paulo Augusto Mário. Terena de Mato Grosso – da expropriação à periferia da cidade. *Intergeo*, Interações no Espaço Geográfico, revista do Departamento de Geografia / Rondonópolis, EdUFMT, ano 1, n. 1, p. 111-131, 2001.

midades dos rios Miranda, Aquidauana e Paraguai (até Corumbá), incluindo a Serra da Bodoquena. Foi no século XVIII, no entanto, que sua área de perambulação começou a ser ocupada por colonizadores que foram para a região desenvolver a atividade pastoril. A ocupação expropriatória acentuou-se após o término da Guerra do Paraguai (1870), quando muitos ex-soldados que participaram do conflito ficaram no sul do então Estado de Mato Grosso. Outras ocupações ocorreram: a) durante a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, entre 1905 e 1914; b) a partir 1938, quando o governo Getúlio Vargas instituiu a "Marcha para o Oeste"; c) nas décadas de 1960 e 1970, com o desenvolvimento de projetos agro-industriais instituídos pelos governos militares e que provocaram impactos sócio-ambientais sobre as terras indígenas e em seu entorno.

Como se vê, a ocupação expropriatória das terras indígenas em Mato Grosso do Sul é um processo de mais de um século e fez parte da política integracionista dos governos republicanos.

Nesse processo, o contato da chamada sociedade nacional com os Terena foi marcado por alianças que se configuraram na participação desses índios como fornecedores de alimentos e de soldados para o Exército na Guerra do Paraguai, no engajamento de homens dessa sociedade ao SPI (Serviço de Proteção aos Índios e Formação dos Trabalhadores Nacionais) nas campanhas de "integração" de outros povos e nos trabalhos de construção das linhas telegráficas. Como resultado desse processo destaca-se a presença de Terena em várias regiões do país, onde muitos deles se radicaram e se casaram com mulheres não índias ou de outras sociedades indígenas. Apenas alguns deles retornaram às suas áreas de origem.

Além de todo processo acima descrito, é importante enfatizar alguns fatores que são relevantes para compreender porque há índios Terena reivindicando terras em Mato Grosso e porque, dentre eles, há pessoas de outras etnias.

1) Essa sociedade indígena tem se caracterizado historicamente como migrante, ao se deslocar para outros lugares quando os seus espaços ocupados tornam-se densamente povoados e insuficientes para a sua reprodução material e sócio-cultural.

2) No contato com outras sociedades, indígenas ou não, é comum o casamento de Terena com pessoas externas ao grupo. Em Mato Grosso, por exemplo, pode-se verificar a presença de pessoas Bororo, Pareci, Guarani, Tapirapé, Caiabi, Cinta Larga e não-índios vivendo sob a hegemonia política e cultural dos Terena-MT.

Esses dois comportamentos sociais dos Terena contribuíram para reforçar estereótipos e argumentos discriminatórios contra eles. No caso da identidade indígena, as pessoas que optaram por viver na cidade foram chamadas de destribalizadas ou desaldeadas por agentes governamentais e grupos políticos, econômicos e ideológicos interessados em desqualificá-los. Também os filhos de casais formados por uma pessoa indígena e outra não-índia passaram a ser identificados pejorativamente como bugres. Os Terena-MT sofreram, no início de sua luta pela terra em Rondonópolis, as conseqüências dessas correntes de pensamento e práticas político-ideológicas. Por exemplo, o chefe do Núcleo da FUNAI de Rondonópolis, Denivaldo Roberto da Rocha, negava-lhes assistência do órgão utilizando o argumento de que os Terena de Mato Grosso eram índios desaldeados.

É importante ressaltar que os defensores dessa argumentação invocam respaldo na teoria de Roberto Cardoso de Oliveira, cujo trabalho<sup>2</sup> foi realizado entre 1958 e 1959. O autor admite o conceito de assimilação cultural na perspectiva da teoria da aculturação e da manipulação social, compreendendo as mudanças culturais como um "desgaste". Embora ele conclua que os Terena não seriam integrados à sociedade brasileira em um "futuro previsível", admite a integração e pressupõe que a identidade indígena está relacionada a uma espacialidade física e à manutenção de traços culturais tradicionais. Tal teoria é, segundo minha visão, insuficiente para explicar a complexidade da identidade das sociedades indígenas e contribui para reforçar os estereótipos contra elas.

Ainda do ponto de vista teórico é importante salientar que a superação dessa corrente de pensamento ocorreu ainda na década de 1960 com a noção de situação colonial<sup>3</sup>, aprofundada mais tarde com a abordagem da dinâmica das mudanças sociais propostas por George Balandier<sup>4</sup>.

Assim sendo, ao analisar a situação histórica vivida pelos Terena percebe-se que além das relações de dominação e subordinação se configurarem em um processo implacável de expropriação territorial, certas abordagens antropológicas foram transformadas, de forma distorcida, em discursos políticos visando a negação da identidade indígena desse povo. Pode-se mesmo

2 Oliveira, Roberto Cardoso. *Do Índio ao Bugre - processo de assimilação dos Terena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

3 Balandier, George. La notion de situation. In: *Sociologie Actuelle de L'Afrique Noire*. Paris. PUF, 1963, p. 3-38.

4 Balandier, George. *As dinâmicas sociais - sentido e poder*. São Paulo: Difel, 1976. Balandier, George. *A desordem - elogio do movimento*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.

ter a audácia de dizer que, no processo de dominação e subordinação, a política integracionista transformou a teoria em ideologia da aculturação, como forma de justificar a expropriação territorial e a negação do Terena enquanto Ser indígena. Tais "teoria" e prática colonizadora só encontram ressonância na sociedade porque tem como substrato a concepção evolucionista do mundo, que pressupõe a ampliação cultural das sociedades indígenas como um processo em que há perdas culturais (as formas "primitivas" de relações) e progressos insercivos ao mundo civilizado. Ser Terena, entretanto, não é uma questão de retórica.

Apesar de todo o processo expropriatório vivido ao longo de 500 anos de colonização na América do Sul, os Terena continuam se auto-afirmando como indígenas, onde quer que estejam, e agindo de acordo com as suas próprias estratégias de sobrevivência.

Conforme já foi dito anteriormente, uma de suas estratégias históricas é o deslocamento do lugar no qual as condições de sobrevivência estão esgotadas para outro, onde eles possam se reproduzir material e sócio-culturalmente. É nesse contexto que, em 1982, um grupo deles migrou da A.I. Buriti (localizada no município de Dois Irmãos do Buriti-MS) para o município de Rondonópolis - Mato Grosso. Dividi a trajetória do Grupo em 3 fases, conforme o breve histórico que descrevo abaixo.

### **1ª fase do grupo em Mato Grosso (1982-1990)**

Em 1982, após uma estada de duas semanas em Cuiabá, quatro famílias Terena foram levadas pela FUNAI para a Área Indígena Bororo de Tadarimana, em uma localidade denominada Pobore, localizada à margem do rio Vermelho, no município de Rondonópolis.

Em 1984 chegou a Tadarimana outro grupo de Terena que se juntou aos seus parentes na prática da agricultura e da pesca. Eles permaneceram nesse local até 1988, quando mais quatro famílias chegaram à Área, desencadeando a revolta dos Bororo. Em 23 de agosto de 1988, os Terena foram intimados a deixar o local, podendo ali permanecer morando até encontrarem outro lugar, mas foram impedidos de plantar. Tiveram que abandonar as suas roças e perderam parte de sua produção porque o gado invadiu as suas plantações de algodão, arroz, mandioca, abóbora, feijão de corda e abacaxi.

Entre 1988 e 1990, os Terena continuaram morando na Área Indígena Tadarimana, mas foram trabalhar na Fazenda Velha, uma faixa de terra contí-

gua à Tadarimana, formando um bico na confluência dos rios Jorigue e Vermelho. A terra foi arrendada para eles pelo proprietário e lá cultivaram roças de algodão, milho, feijão, melancia e arroz, enquanto formavam pasto para o fazendeiro.

## 2ª fase do grupo (1990 – 1998)

O encerramento do contrato com a Fazenda Velha, em 1990, e a exigência dos Bororo para que deixassem sua área provocaram a primeira dispersão dos Terena de Mato Grosso.

Um grupo de duas famílias (oito pessoas) que se aparentou com Bororo permaneceu na Área Indígena de Tadarimana; outro, composto por dois núcleos familiares (oito pessoas) voltou para Campo Grande (MS) onde ficou aguardando uma solução para a sua situação. Um terceiro grupo de quatro famílias (quinze pessoas) mudou-se para a periferia da cidade de Rondonópolis.

Aqueles que decidiram viver na zona urbana ocuparam um terreno da Prefeitura em um bairro denominado Parque São Jorge, local onde armaram barracos de lona e de palha.

Entre 1990 e o final do ano de 1997 os homens Terena dedicaram-se basicamente à pesca e a trabalhos temporários em fazendas da região e as mulheres empregaram-se como domésticas e no setor de prestação de serviços.

Esse período foi marcado por muitos conflitos com os órgãos ambientalistas, sobretudo nos períodos da piracema, quando a pesca é proibida. A situação agravou-se em novembro de 1997 quando, numa ação conjunta de órgãos governamentais e não governamentais ligados ao meio ambiente, a fiscalização tornou-se mais rigorosa. Impossibilitados de praticar a pesca (com redes e tarrafas), a crise social dos Terena-MT aumentou. Eles alegaram não ter outros meios de subsistência, considerando o crescente nível de desemprego na região.

Essa situação levou-os a solicitar maior assistência por parte do Núcleo Regional da FUNAI, sobretudo no que diz respeito à saúde e à alimentação. Porém, como já relatei anteriormente, suas reivindicações encontraram obstáculo junto ao então Administrador Regional do Órgão.

A recusa da FUNAI na questão assistencial, a impossibilidade de exercer a pesca comercial, o desemprego dos que trabalhavam em fazendas, o

aumento da incidência de doenças, a fome, o preconceito da sociedade local quanto aos índios que vivem em contexto urbano (colocando em dúvida sua identidade indígena) e a falta de perspectivas para o futuro foram alguns elementos que levaram os Terena-MT a redimensionar sua estratégia política nas relações de contato. Uma das medidas visando a sua organização foi a formação da Associação dos Trabalhadores Indígenas Recanto Pontal – Povo Indígena Terena. Tal Associação tinha dois objetivos: 1) Conquistar uma área de terras para a produção de sua subsistência material e desenvolver suas atividades sócio-culturais; 2) Realizar atividades para tornarem-se mais visíveis à sociedade de contato, afirmando sua identidade indígena.

O processo de organização do grupo durou de novembro de 1997 a março de 1998, quando, no dia 5 daquele mês, segundo a liderança Terena Milton Jorge Turi Rondon, eles decidiram “radicalizar a luta por uma Área Indígena para o povo”.

### **3ª fase do grupo (1998-2002)**

No mês de março de 1998 foram realizadas várias reuniões dos Terena-MT visando a organização do grupo e o desencadeamento da luta pela terra.

No dia 28 daquele mês, por solicitação dos índios, estiveram em Rondonópolis para ouvir suas reivindicações as seguintes autoridades da FUNAI de Brasília e de Cuiabá: Marcos Terena – Coordenador Geral de Defesa dos Direitos Indígenas da FUNAI, Azelene Inácio Kayagang – Presidente da Associação dos Servidores da FUNAI, e Idevar Sardinha – Administrador Regional da FUNAI de Cuiabá. Estiveram presentes também representantes de entidades da sociedade civil, UFMT e dos meios de comunicação, sendo que os Terena-MT apresentaram-se com seus corpos pintados. Na reunião ficou decidido que a FUNAI se empenharia na compra de uma área de terra e que eles deveriam apresentar propostas ao órgão indigenista. Ficou decidido, também, que ela providenciaria uma assistência emergencial para o grupo. Essa primeira reunião institucional dos Terena-MT após a decisão de lutar pela terra marcou uma nova fase na história do grupo pelos seguintes motivos: a) eles se afirmaram enquanto etnia; b) foram reconhecidos como povo indígena pela FUNAI e pela sociedade não índia; c) conseguiram colocar sua situação social na mídia; d) conquistaram o apoio de importantes segmentos sociais, tais como políticos, intelectuais, entidades não-governamentais e instituições religiosas; e) demonstraram, pela primeira vez, sua capacidade de organização e força política.

Entusiasmados com as promessas dos representantes da FUNAI, os Terena-MT decidiram visitar algumas fazendas em disponibilidade para venda na região de Rondonópolis. Foi o início de uma luta que mobilizou outros interesses – de fazendeiros e políticos interessados em vender terras inférteis ou localizadas em áreas de litígio.

No dia 20 maio de 1998 os líderes desse grupo indígena foram recebidos, pela primeira vez, pelo então presidente da FUNAI, Sullivan Silvestre de Oliveira. Ele prometeu enviar um grupo de técnicos para fazer um levantamento *in loco* de áreas na região para escolha dos índios. Era o começo de um período que já dura mais quatro anos.

Até novembro de 2002 foram apresentadas seis propostas frustradas de compra de fazendas: 1) Rio Vermelho, em Rondonópolis, 2) Santa Maria e Pimenteiras, em Itiquira, no Pantanal mato-grossense, 3) Serra da Onça, em Pedra Preta, 4) Campo Novo, em Rondonópolis, 5) Mirandópolis, em Juscimeira, e 6) Complexo Tarumã, em Guiratinga. Outras áreas foram sugeridas e aventadas, inclusive a Área Indígena Bororo de Jarudore (Jarudore-MT), mas logo foram descartadas ou pelos índios ou pelo Estado.

Das áreas acima mencionadas três delas tiveram processo de aquisição encaminhados:

1) Fazenda Campo Novo – Com 2.484 hectares, chegou a ser ocupada pelos Terena-MT entre 22 de fevereiro de 1999 e 5 de julho de 2000. Sua compra não foi efetivada, segundo a FUNAI, porque havia irregularidades na documentação da propriedade. Os Terena foram retirados do local por jagunços do fazendeiro.

2) Fazenda Mirandópolis (Juscimeira) – Uma área de conflitos que também era reivindicada pelo Movimento Sem-Terra. Segundo a FUNAI, sua aquisição não foi possível porque o fazendeiro desistiu da venda.

3) Complexo Tarumã – Formado pelas fazendas Tarumã, Floriano e Vale do Areia, com 8.420 hectares. Chegou a ser feita uma portaria da Presidência do INCRA aprovando a sua aquisição, mas foi inviabilizada por um parecer da Procuradoria Jurídica do Órgão, que considerou ilegal a compra de terras para os Terena porque “índios não são clientela do INCRA”.

Todo esse processo de luta para a compra de uma área de terras foi permeado por movimentos sociais ora mais violentos, ora mais diplomáticos.

Entre março de 1998 e novembro de 2002 foram realizadas quinze ações nas rodovias BR 364 e BR 163, sendo que seis ocorreram em 2002. Dos bloqueios realizados pelos indígenas, o mais violento ocorreu nos primeiros dias de outubro de 2001, quando onze pessoas foram retidas pelos

Terena-MT no acampamento da Chácara Lago Azul, sendo um motorista de ônibus da empresa interestadual Eucatur, um funcionário da Unidade de Saúde Indígena de Rondonópolis (Instituto de Apoio e Desenvolvimento Humano do Meio Ambiente Trópicos) e nove profissionais dos meios de comunicação que faziam cobertura do fato. Participaram das negociações autoridades máximas da FUNAI, INCRA, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e representantes de entidades não governamentais.

Outros movimentos de mobilização e luta foram realizados, tais como: audiência com o então Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, em maio de 1999; visita de três presidentes da FUNAI a Rondonópolis (Márcio P. Lacerda em março de 1999, Carlos Frederico Marés em janeiro de 2000 e Glênio da Costa Alvarez em outubro de 2001); diversas viagens de lideranças a Brasília; audiência com o então Ministro da Justiça, José Carlos Dias, em novembro de 1999, e retenção de funcionários do INCRA e da FUNAI no acampamento indígena. Em suas ações os Terena tiveram apoio de outras sociedades indígenas, tais como Bororo, Caiabi, Guarany, Kadiwéu, Laiani, Mundurucu, Nambikwara, Pareci, Umotina e Xavante, além da Federação dos Povos Indígenas do Estado de Mato Grosso (FEPOIMT), órgão ligado à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

Apesar de haver acordos a cada ação dos índios, as promessas ditas e escritas nunca foram cumpridas. Após o acordo selado em 5 de outubro de 2001, no qual as autoridades garantiam a compra de uma área de terras na região de Rondonópolis, os Terena chegaram a ocupar, no dia 19 de abril de 2002, uma área de terras do Complexo Tarumã, tendo que deixá-la posteriormente devido ao frustrado processo de aquisição. No entanto, entre outubro de 2001 e abril de 2002, para que o processo burocrático tramitasse foram necessárias ações de pressão dos índios, que culminaram com a ocupação, no dia 14 de janeiro de 2002, do gabinete do Prefeito de Rondonópolis exigindo o cumprimento dos acordos feitos.

O problema de terra para os Terena só foi resolvido em dezembro de 2002, quando o Ministério da Justiça disponibilizou para eles uma área de aproximadamente 52.000 hectares da União, localizada no município de Peixoto de Azevedo, no norte de Mato Grosso. Os recursos para o assentamento foram liberados no final de dezembro 2002. No dia 29 de janeiro de 2003 os Terena-MT iniciaram o processo de mudança para o local que lhes foi destinado, sendo que em março do mesmo ano deixaram definitivamente a Chácara Lago Azul, à margem do quilômetro 113 da rodovia BR 163.

### Atual situação fundiária dos Terena

Segundo dados da Diretoria de Assuntos Fundiários – Departamento de Identificação e Delimitação da FUNAI – há doze terras indígenas Terena, todas localizadas no Mato Grosso do Sul. Delas, quatro estão totalmente invadidas por não índios: duas em Água Limpa, uma em Aldeinha e outra em Nossa Senhora de Fátima. Três das terras indígenas Terena estão divididas com outros povos: Buritizinho (Guarany Kaiowa), Lalina (Kinikinao) e Dourados. Nessa última, embora a população Terena esteja estimada em 305 pessoas, a maioria da população é Guarany Kayowa e Nhandeva. Ela é a Área Indígena onde ocorre a maioria dos suicídios dos Guarany. E o que é mais grave: todas as terras tradicionais Terena localizadas em Mato Grosso do Sul têm conflitos/demandas judiciais de terras com não índios e as áreas indígenas onde eles vivem são muito pequenas para sua população. Entre elas se destaca a área de origem dos Terena-MT: Buriti, localizada no município de Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul.

Em Buriti há um índio para cada 1,17 hectares. Segundo critérios do INCRA para o Mato Grosso, dependendo de vários fatores como situação geográfica, qualidade do solo, relevo, condições de acesso ao local, distância do pólo comercial, dentre outros aspectos, o módulo rural mais freqüente é de 80 hectares por família de quatro pessoas. Isso significa que a quantidade de terra para cada família indígena de igual número de pessoas em Buriti é 17 vezes menor que o estabelecido pelo INCRA para famílias de não índios. Situação mais crítica é a de Buritizinho, onde há 32 pessoas por hectare, um índice considerado denso até para áreas urbanas.

A situação dos índios na Terra Indígena Buriti revela a saturação do espaço físico para a sobrevivência de sua população. Embora os dados da FUNAI indiquem uma população de 1.783 pessoas, os índios dizem que sua população é de 2.500 habitantes. Os moradores de Buriti estão reivindicando a ampliação da área para 10.000 hectares, mas fala-se, entre eles, que o problema dos Terena só se resolveria com a destinação, em curto prazo, de 50.000 hectares.

Segundo Hélio Turi Rondon, chefe da primeira família que migrou para Rondonópolis, a ida do grupo para o Mato Grosso deu-se em função da escassez de alimentos, falta de espaço para o trabalho, aumento populacional e redução cada vez maior de suas terras. Mesmo as famílias que se mudaram recentemente para o Mato Grosso, diz ele, migraram com o objetivo de ter terra para produzir a sua subsistência.

Esses dados confirmam a argumentação de que os Terena, historicamente, utilizam como estratégia de sobrevivência a migração para lugares mais favoráveis à sua instalação e ao desenvolvimento de suas vidas. Nos séculos XVI e XVII, conforme já foi dito, essa estratégia de sobrevivência os levou a ocupar uma larga área em Mato Grosso do Sul, desde a região de Aquidauana e Nioaque até o Rio Paraguai. No processo de colonização, em contato com a expedição do Marechal Rondon, alguns desses lugares foram transformados em Reservas Indígenas Terena.

Portanto, o deslocamento de um Grupo Terena para a região de Rondonópolis obedeceu à mesma lógica de seus antepassados, conforme nos demonstra a história: com o esgotamento das possibilidades de sobrevivência física e sócio-cultural ocorreu a migração do grupo. Esse comportamento faz parte, portanto, do Modo de Existir Terena.

Além disso, os líderes dessa sociedade invocam legitimidade à sua reivindicação de terras a partir do fator histórico. Diz o cacique Milton Jorge Turi Rondon:

*Estamos radicados em Rondonópolis há 20 anos. Todos que foram para lá em 1982 já têm seus filhos nascidos, registrados e crescidos em Rondonópolis. Construimos laços políticos, econômicos e de amizade com os habitantes da região. O município tem 49 anos de emancipação política. Nós vivemos lá mais de um terço da sua história. Então, nós já fazemos parte da história da cidade e ela faz parte da nossa história.<sup>5</sup>*

Em resumo, a presença de um Grupo Terena em Mato Grosso não é uma eventualidade. É uma situação histórica criada no processo de expansão das fronteiras do leste em direção ao centro-oeste brasileiro e que já dura mais de um século. Tal situação histórica se revela nos fatos de, atualmente, todas as terras indígenas dos Terena em Mato Grosso do Sul estarem invadidas por não índios e em várias delas coabitarem várias etnias, uma não tem nenhum índio e todas as outras estão super-povoadas. Esses dados fornecidos pela Diretoria de Assuntos Fundiários – DAF/FUNAI, em 12 de julho de 2002, demonstram que é procedente o argumento do grupo sobre o esgotamento das possibilidades de sobrevivência em Buriti (área de origem).

<sup>5</sup> Milton Rondon, Brasília, 9 de julho de 2002, ao justificar para a Procuradora Geral da República, Dr<sup>a</sup> Débora Duprat porque seu povo deseja ser assentado em uma área de terra na região sul de Mato Grosso.

## Situação social dos Terena-MT

Em novembro de 2002, depois de quatro anos e oito meses de luta reivindicatória por uma área de terras em Mato Grosso, a Sociedade Indígena Terena-MT ainda se encontrava acampada na Chácara Lago Azul<sup>6</sup>, a mil metros do quilômetro 113 da rodovia BR 163. Eles foram levados para o local no início do mês de julho de 2000, quando foram expulsos da Fazenda Campo Novo<sup>7</sup>.

Segundo levantamento realizado em janeiro de 2002, existiam no local 31 barracos, abrigando 12 famílias e 156 pessoas. Entretanto, conforme relato do cacique Milton Jorge Turi Rondon, havia pessoas que estavam em Mato Grosso do Sul e outras trabalhando em fazendas da região de Rondonópolis<sup>8</sup>.

O levantamento apontou, entre outros dados, que:

4) O grupo é composto de 57% de homens e 43% de mulheres.

5) Os jovens começam a trabalhar por volta dos quatorze anos; por isso 43% das pessoas do grupo são consideradas pertencentes à faixa etária produtiva.

6) O crescimento populacional Terena-MT pode ser medido pela sua população infantil: 27,6% dos Terena-MT estão na faixa etária de 0 a 5 anos. Isso denota que, a persistir esse quadro, em dez anos a população será acrescida de 50% do contingente atual.

Esses dados foram apontados aqui para mostrar que a questão da destinação de uma terra para essa sociedade não se restringe a atender as suas necessidades de ocupação territorial imediatas. Ela tem que ser pensada a longo prazo, para que um novo problema de densidade demográfica não se registre proximamente.

Faz-se necessário levar em conta que a questão da ocupação territorial Terena está associada à sua forma de organização social. Essa sociedade indígena se organiza em núcleos familiares ampliados, tendo como referência as linhas maternas e paternas, conforme as relações de parentesco do grupo. As migrações dos últimos três anos demonstram como é a lógica do seu agrupamento social: núcleos familiares migram de Mato Grosso do Sul para juntarem-se aos seus parentes radicados em Rondonópolis, formando grupos familiares ampliados. Esse fator pode ser observado na própria distribuição

6 Propriedade do Deputado Federal Welington Fagundes (PL-MT), localizada a cinco quilômetros da cidade de Rondonópolis em direção a Campo Grande-MS.

7 Os Terena haviam ocupado essa fazenda em 22 de fevereiro de 1999. Ela está localizada a 11 quilômetros de Rondonópolis em direção a Cuiabá.

8 Isso pode ser comprovado na lista de componentes cadastrados do Grupo, sob controle da Comissão de Organização do Movimento. De acordo com a referida lista a população Terena-MT é de 300 pessoas.

espacial das casas no acampamento: os núcleos familiares moram em barracos contíguos formando, pela proximidade, o espaço habitacional da família ampliada (os Rondon, os Reginaldo, os Jorge etc.).

É interessante notar como a luta por uma área de terra em Rondonópolis favoreceu aos Terena a recomposição de sua organização social, o que pode ser notado pelo intenso deslocamento de famílias para o Mato Grosso após o início da luta em 1998, como se pode ver no quadro abaixo:

Quadro da migração do Grupo (1982 – jan/2002)

chegada a MT	percentual na 1ª fase	chegada a MT	percentual na 2ª fase	chegada a MT	percentual na 3ª fase
1982	23,0%	1991	----	1997	19,2%
1983	3,8%	1992	5,1%	1998	24,4%
1984	3,8%	1993	----	1999	9,0%
1985	----	1994	----	2000	----
1986	2,7%	1995	----	2001	5,1%
1987	----	1996	2,6%	2002	1,3%
1988	----	----	----	----	----
1989	----	----	----	----	----
1990	----	----	----	----	----
<b>Total</b>	<b>33,3%</b>	----	<b>7,7%</b>	----	<b>59%</b>

Levantamento feito em 13 de janeiro de 2002.

O quadro acima, em números absolutos, foi baseado na população real contada no dia do levantamento, ou seja, 156 pessoas. Com o intuito de dar mais referências ao leitor, é importante ressaltar os dados já mencionados de que o primeiro grupo de Terena chegou a Rondonópolis em 1982 e era composto por 18 pessoas; em abril de 1998 registrei uma população de 61 pessoas; e em janeiro de 2002 foi feito o registro de 156 pessoas vivendo no acampamento e um total de 300 cadastradas pela Comissão de Organização do Movimento.

Observe-se pelo quadro que o deslocamento de famílias Terena para o Mato Grosso cresceu consideravelmente entre 1998 e 2002. Esse dado denota que o crescimento demográfico dos últimos 5 anos se deu devido ao movimento organizado para conseguir uma área de terras na região sul de Mato Grosso.

No entanto, não se pode atribuir isso apenas à possibilidade de se consegui-la. Apesar das precárias condições de vida nos acampamentos, a luta

pela terra lhes proporcionou melhor assistência da FUNAI, com a destinação mensal de cestas básicas, saúde e educação e outros atendimentos públicos. Além disso, o processo de luta favoreceu um reordenamento da vida social Terena. Um dos líderes do movimento disse-me o seguinte: "Por pior que seja aqui, é muito melhor que em Mato Grosso do Sul. Aqui, pelo menos, a gente luta, sofre, mas não falta o que comer, a comunidade é unida e as pessoas respeitam a gente" (José Carlos Firmo).

De fato, para os Terena a questão da terra não é a terra em si, mas a sua utilização para sobrevivência. Outros elementos são considerados relevantes pelas pessoas dessa sociedade, dentre eles educação escolar, saúde, trabalho, religiosidade, conforto etc.

A educação escolar ocupa um lugar de destaque na preocupação das famílias Terena-MT. Para elas a escola tem dupla finalidade: 1) é um espaço valorizado de transmissão e aquisição do saber universal, 2) por meio dela os índios acreditam que também é possível resgatar alguns elementos da cultura tradicional e ensinar de forma sistemática a língua materna. Todavia, os depoimentos indicaram que a primeira finalidade é predominante, pois é através da aquisição dos conhecimentos universalmente produzidos que eles pretendem aprender a conviver e competir na sociedade mundial. Por isso, a comunidade se preocupa para garantir que todas as crianças e adolescentes em idade escolar estejam na escola. Deles, 25,5% cursam a Educação Infantil, 27,5% estão no primeiro ciclo do Ensino Fundamental, 21,5% frequentam o segundo ciclo e 3,9% estão no terceiro ciclo. Dentre os jovens, 21,6% cursam o Ensino Médio. As aulas das turmas de Educação Infantil e 1º ciclo são ministradas na Escola do Acampamento por professores da própria Comunidade contratados pela Secretaria Municipal de Educação de Rondonópolis. Os outros estudantes frequentam aulas em escolas localizadas na cidade. Nesse aspecto faz-se necessário enfatizar que a educação dessa sociedade indígena é um processo de socialização que se desenvolve primeiro no âmbito familiar e comunitário. A educação escolar completa a formação das crianças, sobretudo no âmbito das relações de contato, embora haja uma ação do grupo no sentido de utilizá-la como espaço de difusão dos saberes da própria cultura, especialmente a língua materna.

A saúde é outro aspecto da situação social dos Terena-MT que preocupa o grupo. As condições de insalubridade nas quais eles vivem atualmente têm propiciado o aparecimento de doenças tais como gripes, resfriados, verminoses, diarreia, desidratação e desnutrição, que poderiam ser evitadas com a existência de uma infra-estrutura mínima. A incidência dessas doenças atin-

ge proporções preocupantes, sobretudo por dois motivos, que, associados, têm provocado problemas irreversíveis, como o óbito de duas crianças no ano de 2001:

7) Situação infra-estrutural do acampamento – precário armazenamento de água em caixas postas no chão próximas às casas, más condições de higiene, barracos de madeira cobertos de lona preta expondo as pessoas às intempéries etc.;

8) Precariedade na assistência de saúde da população indígena local – o atendimento da ONG responsável pela saúde indígena (Trópicos), contratada pela FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), não corresponde às necessidades e expectativas dos indígenas, tanto no aspecto preventivo (não há qualquer programa de orientação e acompanhamento das condições de saúde e higiene no acampamento) quanto no curativo. Após o bloqueio das rodovias em outubro de 2001, os indígenas reivindicaram das autoridades melhor atendimento na área de saúde. Em resposta, o Diretor da Trópicos, Villi Seilert, acusou os Terena de quererem “tratamento privilegiado”<sup>9</sup>

Em meio às divergências entre a sociedade indígena Terena-MT e a ONG Trópicos, realizei a pesquisa em janeiro de 2002. Constatei que no tratamento das doenças mais freqüentes, acima mencionadas, os remédios mais consumidos eram antibióticos e analgésicos. As condições do chamado “Posto de Saúde do Acampamento” não eram adequadas sequer para o atendimento preliminar: não havia maca e outros equipamentos de primeiros socorros, os medicamentos eram escassos e mal armazenados, não havia filtro de água e nem geladeira para conservar remédios. Ao contrário do que disse o chefe da Trópicos, o que os Terena reivindicavam não parecia tratar-se de privilégio. É evidente que a situação provisória do Posto de Saúde não propiciava a instalação de equipamentos mais sofisticados. Entretanto, as condições não poderiam ser tão precárias. De qualquer maneira, com o que todos concordam é que a situação da saúde dos Terena-MT só poderá ser resolvida a contento quando eles tiverem uma área definitiva para morar. Só então eles poderão voltar à prática do plantio das ervas medicinais comumente usadas pelo grupo, segundo depoimento das mulheres.

Quanto ao aspecto trabalho, verificou-se um sentimento de angústia nos homens e mulheres. A impossibilidade de plantar e a indefinição vivida

9 Jornal de Hoje, 10 out. de 2001, p. C-3.

pelo grupo eram causas de *stress* em muitas pessoas.

Nos barracos, as famílias se organizavam como podiam. Neles havia instalações elétricas precárias e, em muitos deles, aparelhos de televisão.

No centro do Acampamento havia um barraco no qual eles praticavam os cultos religiosos. Alguns são católicos, mas a maioria é evangélica, sendo que na Comunidade há um pastor protestante indígena.

A situação social dessa sociedade indígena, tomando-se por base as condições de vida em dezembro de 2002, era de penúria.

A destinação de uma área de terra no norte do Mato Grosso não era o que os Terena queriam, porque desejavam que ela se localizasse no sul desse Estado. Mas, conforme eles mesmos disseram, foi a conquista possível. O depoimento dado pelo cacique Milton Rondon em 10 de janeiro de 2003 ilustra bem o sentimento do grupo:

*Temos um grande potencial de trabalho, há uma demanda na área de educação e saúde e já sofremos muito. Recebemos os recursos que pedimos para a infra-estrutura. Agora vamos demonstrar a nossa capacidade.*

Como se viu, a saga dos Terena por uma área de terras está relacionada às suas necessidades de sobrevivência física e cultural. O processo migratório vivido por eles revela a estratégia de sobrevivência e de luta da sociedade como um Modo de Ser construído historicamente, e que a chegada em um novo lugar representa não só a possibilidade de produzir sua vida material como a de recompor as suas relações de parentesco e desenvolver sua cultura dentro dos parâmetros por eles escolhidos, conforme é a própria dinâmica das mudanças sociais.

Apesar da sua luta de quatro anos por uma área própria para o grupo na região sul de Mato Grosso, a destinação de terras para eles em Rondonópolis ou qualquer outro lugar não é a única solução. É preciso que, ao mesmo tempo, o Estado restitua aos indígenas as suas terras tradicionais em Mato Grosso do Sul e estabeleça uma política para sua expansão de forma produtiva.

A maneira pela qual os Terena construíram a sua identidade e o seu Modo de Existir não permite que o Estado continue a tratá-los como uma sociedade isolada do resto do mundo. Para eles não basta uma terra para viver. Os Terena desejam um lugar que permita que eles se mantenham em conexão com o mundo exterior.

A destinação de uma área de terra no norte do Mato Grosso, em plena região amazônica, encerra mais uma luta e inicia outra. Deslocados para uma região desconhecida, distante dos seus parentes que vivem em Mato Grosso do Sul e 1.286 quilômetros longe de Rondonópolis (onde viveram durante 20 anos), os Terena-MT deixaram a beira da rodovia em troca de uma nova vida, cheia de incertezas para eles e para os agentes de contato.